



TECNOLOGIAS DIGITAIS, ESPAÇO URBANO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Produção de novas sociabilidades

Ademilde Silveira Sartori

Universidade do Estado de Santa Catarina

ademilde@matrix.com.br

Resumo: A presente reflexão em educação a distância parte de alguns eixos norteadores que abrangem a configuração das tecnologias da informação e da comunicação atual, questões de biopolíticas dos Estados modernos bem como questões relativas ao desenvolvimento socioeconômico envolvidos em problemas de natureza urbana.

Palavras-chave: Tecnologias digitais; Espaço urbano; Educação a distância.

O suporte tecnológico da vida moderna, os problemas da vida cotidiana e a economia globalizada, colocam-nos frente à realidade das grandes cidades e das possibilidades de construção de novas sociabilidades através da educação a distância. Neste contexto, faz-se necessário refletir sobre quais processos possibilitam estas ou aquelas sociabilidades para que se possa pensar não só sobre o papéis das novas tecnologias da informação e da comunicação na criação de dinâmicas sociais mas também nas relações destas com a educação a distância.

As noções de biopolítica, diagrama de poder disciplinar, diagrama de controle, de Michel Foucault, servirão de base teórico-metodológica para a reflexão sobre as relações entre cidade, urbanidade, cidadania, novas tecnologias e educação a distância. A biopolítica diz respeito a gestão das populações, o diagrama de poder disciplinar refere-se ao saber-poder referente ao indivíduo, e o diagrama de controle trata do saber-poder na regulação das populações. O interesse deste artigo, é então, discutir as relações saber- poder revelado nas políticas de regulação das populações dentro do contexto das grandes cidades, na perspectiva da educação a distância como materialidade das interconexões entre educação e comunicação, em última instância.



Para início dessa reflexão, talvez seja conveniente perguntar por que surge, em pleno início do século XXI, um Ministério das Cidades¹ em nossa administração pública. Mais do que a ânsia por uma resposta, essa pergunta quer ficar em suspenso, como provocação que sinaliza caminhos, como convite à formulação de novas perguntas. É uma cidade um problema de administração federal? Que instâncias particulares uma cidade agencia a ponto de ser objeto de uma atenção tão especializada? O que seriam nossas grandes cidades?

Aglomerados gigantescos de pessoas, sofrendo problemas de natureza urbana, mas com acesso a tecnologias revolucionárias e a bens de consumo e serviços de toda espécie, localizadas principalmente em países do Terceiro Mundo, as grandes cidades levantam questões sérias para o desenvolvimento econômico e social. Estas questões atravessam a vida das pessoas comuns em seu cotidiano.

A água nos chega através do acionamento de uma torneira. O gás, a corrente elétrica, a informação, o entretenimento e, agora, a educação chegam de forma similar. De modo também similar, mas em sentido inverso, nos livramos de nossos detritos. O conforto da vida moderna coloca em foco muito mais que a “forma de viver”, as facilidades da moradia atual. Aparece a nós como fachada de um mundo onde a identidade humana se perde na necessidade de partir e na inércia da permanência. Permanência que renova o sentido do sedentário, a vizinhança, o local de trabalho, o dormitório, a localização de um *cidadão*, o morador da cidade. Necessidade de partir muito menos pela inerente capacidade de mover-se do que pela sobrevivência conquistada em distâncias cada vez maiores. O transporte que trouxe para perto as matérias-primas, leva cada vez para mais longe o mesmo *cidadão*. E aqui o que interessa é menos a cidadania como estado de direito que a cidadania como pertencimento a uma organização urbana.

“Mas uma cidade não é um agrupamento de ruas e casas, essas são apenas as carapaças, as conchas, de uma sociedade de pessoas. Uma cidade é uma obra de arte para a qual cooperam gerações de habitantes, acomodando-se mais ou menos àquilo que existia antes delas.” (Bardet, 1990:10)

¹ A Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, ligada à Presidência da República, foi transformada em Ministério das Cidades, através da Medida Provisória n.º 103/ 2003, sendo nomeado Ministro Olívio Dutra. O Ministério é composto pelas Secretarias Nacionais de Habitação, de Saneamento Ambiental, de Transporte Urbano e de Programas Urbanos.

O desenvolvimento industrial do século XIX cria as populações urbanas, aglomeradas nos bairros operários e nas cidades industriais - concentrações gigantescas de pessoas, as massas. Não é o advento das cidades, mas das megacidades. As cidades se agigantam ainda mais ao adentrar o século XX e se tornam fenômeno mundial. No entanto, se as grandes cidades deveram sua expansão às indústrias devemos hoje considerar outros fatores para a acumulação populacional.

“A colonização e o comércio internacional estimularam um processo de urbanização que favorece sobretudo as cidades escolhidas como entrepostos de matérias-primas e de produtos destinados à exportação para países industriais e como centros de distribuição de produtos industriais de uso e consumo. As maiores cidades coloniais, as maiores cidades comerciais no fim do século XIX e no início do século XX, nos países subdesenvolvidos, são portos: Bombaim, Calcutá, Xangai, Batávia, Hong-Kong, Cingapura, Rio de Janeiro, Casablanca.” (George, 1991: 74)

Comércio, sistema financeiro, administração, comunicação, lazer, serviços de toda natureza, acesso a produtos industrializados, escolarização, enfim, o universo urbano oferece toda sorte de "oportunidades" e "bem-estar", mas este "bem estar" tem outra face. Os problemas da vida urbana estendem-se numa rede que envolve tanto problemas sociais, econômicos, administrativos, como de tráfego, de higiene, de Direito Civil e, ainda, problemas ambientais. A natureza coletiva destes problemas faz com que sua solução tenha como referência as massas.

Com todo o peso sinistro que a palavra “massas” possa ter quando se pensa numa sociedade revolucionária², há aspectos relevantes a serem considerados no fenômeno das populações conhecido por “explosão demográfica”. Os assuntos referentes às massas devem ser tratados como estatística, como médias, tendência, como fenômenos gerais. No século XVIII, a população é um problema de biopolítica: *“Más precisamente: con la población como problema político, como problema a la vez científico y político, como problema biológico y como problema de poder.”* (Foucault, 1992: 76)

² "liberation that reaches social dimensions, not "mass liberation "or "class liberation" behind wich links the rule of an elite, a hierarchy and a State." (Bookchin, 1986).



Para Foucault, a biopolítica é a presença dos aparatos do Estado na vida das populações, um poder de regulação que consiste em “fazer viver e deixar morrer”. Esta política trata de se ocupar de todos os problemas que dizem respeito ao “bem-estar” da população e sua “qualidade de vida”. Toma como objeto de saber os processos envolvidos desde o nascimento até a morte. A taxa de natalidade, a longevidade, produtividade, a enfermidade e a fecundidade da população passam a ser indicadores de desenvolvimento político e econômico.

No século XIX, a Europa é atravessada por congressos de Higiene. O controle das endemias é pensado em termos de custo de cura. A biopolítica envolve questões de higiene pública e do urbanismo como fatores da produção da cidade. A reconstituição da história da higiene pública como uma história da cidade aponta para a urbanização como um elemento de biopolítica que proporciona a mais eficaz exploração da força de trabalho e transição dos diagramas de poder disciplinar para o de controle. Esta transição nos aponta para o entendimento da cidade como uma máquina de produção, a qual necessita da exploração da natureza marcada com um determinado caráter - exploração espoliativa e depredadora, que, se não compromete o desenvolvimento econômico, compromete a qualidade de vida e sua própria existência. Viver na cidade e produzir são aspectos da mesma realidade. Urbanização e desenvolvimento tecnológico são faces do mesmo processo.

“O homem se torna fator geológico, geomorfológico, climático e a grande mudança vem do fato de que os cataclismos naturais são um incidente, um momento, enquanto hoje a ação antrópica tem efeitos continuados, e cumulativos, graças ao modelo da vida adotado pela Humanidade. Daí vêm os graves problemas de relacionamento entre a atual civilização material e a natureza. Assim, o problema do espaço ganha, nos dias de hoje, uma dimensão que ele não havia obtido jamais antes. Em todos os tempos, a problemática da base territorial da vida humana sempre preocupou a sociedade. Mas nesta fase atual da história tais preocupações redobram, por que os problemas também se acumularam.” (Santos, 1997: 17)

O século XIX assiste ao nascimento do “Urbanismo” como Ciência Social e a concepção de cidade modelo do Dr. Richardson, “Hygeia”, baseada numa melhor higiene e na redução da enfermidade e da morte (Bardet, *op cit*); ao desenvolvimento da teoria da Garden City; a “re-construção” de Paris por Haussmann e a cunhagem do termo “Conurbação” por



Patrick Geddes, o qual se refere a cidades que cresceram tanto que se tornaram uma só, uma cidade-região.

“No lugar das velhas linhas divisórias, agora temos as novas linhas de unificação: o próprio termo “linhas” hoje sugerindo as estradas de ferro, que são as artérias pulsantes, as formidáveis pulsações de todo intensamente vivo; ou ainda, sugerindo os fios telegráficos passando ao lado, tantos nervos, cada um deles impulsionando idéias e atividades.” (Geddes, 1994: 45)

O trem é o grande símbolo da Revolução Industrial, imortalizado como imagem da modernidade pela projeção de “A Chegada do Trem” pelos irmãos Lumière, em 1895, ano oficial do cinema. O cinema é um grande passo no domínio da imagem, grandemente conquistada pela fotografia e atualmente domesticada pelo computador via digitalização. Imagem é “informação”. Vivemos numa sociedade de transporte, de fluxos. Fluxo de pessoas, de materiais, de imagens, de informações. Mas imagem também é “formação”. O trem e os correios são mostrados como elementos integradores do Império Britânico em *Night Mail*³.

O documentarismo inglês, sob a direção do escocês John Grierson⁴, buscava, além da manutenção da noção de Império Britânico, a formação uma certa cidadania.

‘Grierson e seus discípulos procuravam, longe da técnica simplista e afirmativa da propaganda, dramatizar documentos da realidade de seu tempo a fim de provocar nos cidadãos a tomada de consciência dos problemas humanos modernos. (Gomes, 1981: 309)

O cinema foi utilizado como máquina formidável de propaganda também na Alemanha, com o Estado nacional-socialista decidindo por utilizar o cinema como instrumento de transmissão da sua ideologia, materializado na produção cinematográfica de Leni Riefenstahl, entre outros. Na extinta URSS, o construtivismo russo tem como expoentes Sergei Eisenstein e Dziga Vertov (Ferro, 1995). Estamos num momento em que a propaganda passa a ser assunto de Estado enquanto gestão das opiniões. O cinema atua como máquina de gestão das multidões.

³ Naight Mail, 1936, de Harry Watt e Basil Wrighth, expoentes do documentarismo inglês.

⁴ John Grierson, diretor da *General Post Office Unit*, tinha como linha de trabalho a produção de documentários que procurassem formar a consciência sobre os problemas modernos, acima da estética, buscava a educação dos cidadãos. Sua relação com a educação era tão intensa que foi nomeado chefe do departamento de comunicação de massas da UNESCO, quando de sua criação (Gomes, *op. cit.*).

Grierson estudou os mecanismos da opinião pública, na Escola de Chicago, na qual muitos pesquisadores voltavam sua atenção para a cidade como *“laboratório social”, com seus signos de desorganização, de marginalidade, de aculturação, de assimilação; a cidade como lugar da “mobilidade”* (Mattelart e Mattelart, 2002: 30)

Pensar a cidade envolve pensar sua estrutura, o arranjo e a articulação dos diferentes usos do solo, a divisão social e técnica do trabalho, a divisão econômica e social do espaço, a centralização e padronização dos serviços - educação incluída, aspectos intrínsecos da segmentação e da especialização da cidade moderna. O trânsito de pessoas, energia, capital, informações, proporcionado pelas tecnologias atuais, dispensa a disciplina. Não há lugares nem horários, mas o controle, pois há funções do trabalho, do lazer, das pessoas, do e no espaço urbano.

Foucault afirma que a sexualidade articula o indivíduo e a sociedade, a disciplina local e a regulamentação das populações. Com o advento das megacidades e das tecnologias digitais, poderíamos pensar nesta última como a articulação entre o “indivíduo” e a “população”, entre o “privado” e o “público”, entre o “autor” e o “coletivo”, entre o “estudante” e a “comunidade virtual de aprendizagem”.

O usuário do telefone celular faz ligações de algum lugar que não é sua moradia, ou ainda o trabalhador que utiliza o computador como ferramenta de trabalho mas que se encontra fisicamente em casa ou qualquer lugar fora da empresa, são exemplos já muito comuns e nos mostram como a comunicação e o transporte de informações são tecnologias que viabilizam a ação a distância, a presença virtual, a telepresença, a teleducação. Assim, em termos de regulamentação das populações, resta-nos saber a qual tipo de trabalhador, ou a qual tipo de pessoas será dada a tarefa de trabalhar fisicamente e qual trabalhará por vias que lidam com informações, portanto que tipo de formação cada grupo receberá. *“Qual grupo social terá acesso às informações estratégicas na empresa, no sistema, na cidade?”* (Lojkine, 1999:29)

A novidade do teletrabalho proporcionada pelas novas tecnologias da informação e da comunicação construiu a possibilidade de o trabalhador realizar suas tarefas em domicílio ou mesmo abrir seu negócio e trabalhar “no conforto do seu lar”, desfrutando a companhia de seus familiares. O teletrabalho, no entanto, é uma realidade dentro da própria empresa num contexto de internacionalização da produção, de comércio eletrônico, de processos de controle



e gestão informatizados e flexíveis, de colaboração entre funcionários, parceiros, clientes e fornecedores.

A realização do trabalho, neste contexto, implica no domínio de um novo *corpus* simbólico, na aquisição de procedimentos e atitudes necessários para uma comunicação eficiente, portanto produtiva com baixo custo. Percebe-se nitidamente a necessidade de formação de um trabalhador diferenciada, não apenas no sentido técnico do seu fazer, mas no aprendizado de um novo saber fazer. Esse novo saber fazer é mediado, exigindo uma outra subjetividade ou uma outra sociabilidade. Entra em cena a Comunidade Virtual de Aprendizagem.

As diferenças entre sociedades virtuais e comunidades virtuais são apontadas por Vilches (2003) para quem as primeiras são abertas, enquanto a segundas são fechadas e auto-suficientes. Ambas utilizam as redes de comunicação porém com estruturas e objetivos diferentes. Seriam características das sociedades virtuais, entre outras, o aproveitamento dos recursos locais, o incremento das relações interpessoais, criação de serviços para comunidades locais ou internacionais, planejamento de políticas de recursos e criação de instâncias governamentais. As comunidades virtuais se auto-regulam e movem-se pela ética e interesses específicos e interdependentes. As comunidades virtuais de aprendizagem são associações particulares, voltadas para aprendizagem coletiva.

As comunidades virtuais de aprendizagem são máquinas de novas sociabilidades, adaptadas ao mundo comandado pelas tecnologias digitais, experimentando “*outras formas de construção de suas relações sociais em uma cultura de simulação*” (Ribeiro, 2001). Através de suas mecânicas, desenvolvem as chamadas “habilidades e competências” necessárias para a execução do teletrabalho, o adaptar-se aos ambientes de trabalho informatizados.

Se a “aula” é a metáfora da educação presencial, a “comunidade virtual de aprendizagem” é a metáfora da educação a distância. Assim, a máquina de socialização típica da era industrial cede espaço para a máquina de produção de sociabilidades necessárias à sociedade da informação. A educação a distância é uma nova máquina de construção do diagrama de poder em nossa sociedade, ou seja, uma máquina de distribuição do saber.

A educação presencial é pautada na localidade, na visibilidade e na sincronia das ações de ensinar e de aprender. A escola acontece, ou se realiza, na aula quando professores e alunos se encontram fisicamente num espaço-tempo determinado. A educação a distância é



pautada no não-lugar⁵, na visibilidade consentida e na assincronia. A escola acontece, ou se realiza, nas ações de uma comunidade virtual de aprendizagem, na qual professores e alunos agem talvez sem nunca se encontrarem, nem no espaço nem no tempo.

O caráter de não-lugar da educação a distância deve-se às características das ações no ciberespaço, como aponta Ribeiro:

A particularidade desse espaço está centrada no fato de possibilitar ao navegante a exploração de novos aspectos existenciais, cognitivos e experienciais a partir de um ambiente desterritorializado. Situado entre o real e o imaginário, o ciberespaço surge como um espaço alternativo, onde algumas referências modeladoras das interações face-a-face (p. ex., postura, gestos faciais, distância entre os interlocutores, tom de voz, etc.) não se mostram presentes e tampouco necessárias na composição destes vínculos sociais.”(Ribeiro, op cit: 140)

A visibilidade é dependente de graus de consentimento (existência de encontros presenciais, publicações de fotos e currículos no ambiente virtual de aprendizagem, disposição em apresentar-se do estudante). A assincronia possibilita a ação dos estudantes conforme suas conveniências e possibilidades, criando um espaço temporal para a realização das ações e é, de fato, o fator liberador da presencialidade.

A educação presencial realizada numa escola como a conhecemos possibilita a construção de um diagrama de poder disciplinar, segundo Foucault. Esse diagrama é descrito por posições no espaço e no tempo, em que cada aluno se reconhece na media em que se localiza em função da posição que ocupa diante do outro e do saber. Saber confinado pela disciplina, enquanto conjunto de conhecimento e enquanto confinamento e regulação das ações do e no corpo (do aprendiz e, também, do professor), produtores de indivíduos.

A educação a distância inviabiliza a localização espacial. Os aprendizes passam a se reconhecer em função da posição que ocupam em relação ao saber, mas seus corpos são atingidos de outra maneira. Não é mais necessária a manutenção de uma posição/localização com horário e duração pré-determinados, pois o estudante adquire certo grau de decisão sobre sua ação corporal, de sentar-se para estudar/comunicar-se com outros num onde e num quando que lhe for possível/adequado. Sua “presença” e sua “ação” são medidos por outros

⁵ Ribeiro associa o ciberespaço ao não-lugar de Marc Augè, desenvolvido no livro “Não- lugares.



fatores como a frequência, grau e qualidade de participação e de intervenção, o seu perfil - talvez sua única visibilidade. Não está mais submetido à disciplina, mas ao controle. O diagrama de poder agora é o controle, pois as relações entre saber e poder se dão mediante novas configurações, produzindo coletivos. A educação a distância lida com massas.

Não é novidade a relação estreita entre educação e cidadania. Cabe à escola a tarefa de socializar crianças e jovens, - e capacitar adultos através da retórica da educação permanente ou continuada, tornando-os aptos a conviver com ou transformar a civilização na qual vivem.

“A escola está ligada a este processo, como agência educativa ligada às necessidades do progresso, às necessidades de hábitos civilizados, que corresponde à vida nas cidades. E a isto também está ligado o papel político da educação escolar enquanto formação para a cidadania, formação do cidadão. Significa formar para a vida na cidade, para ser sujeito de direitos e deveres, na vida da sociedade moderna, centrada na cidade e na indústria.”(Saviani, 1994: 157)

Trata-se de mecanismos da distribuição, dosagem e controle das “porções” de poder - através de “porções” de saber, e da aprendizagem dos mecanismos de sua aquisição e do seu exercício. Em comunidades virtuais de aprendizagens não aprendemos apenas o que devemos saber, mas aprendemos a nos relacionar com novos espaços de vivência, ou convivência, e novos espaços/relações de produção/trabalho. Para além do trabalho realizado no chão da fábrica ou na indústria, na automação da produção, mas também nos modos de gerência de negócios e de concepção dos processos produtivos de empresas e corporações, exige-se a compreensão do papel das novas tecnologias na competitividade e conquistas de mercados.

Faz-se necessário o entendimento das novas tecnologias como ferramentas de concepção de novos níveis de execução do trabalho e como criadoras de novas possibilidades produtivas, a exemplo das indústrias da comunicação, do entretenimento e do lazer. Portanto da formação de um trabalhador com novas sociabilidades, um cidadão do ciberespaço, com uma nova experiência de comunicação e de cidade.

Em termos de biopolítica, ou gestão das populações, a educação a distância é uma estratégia de distribuição de competências relativas ao mundo do trabalho, que, ao utilizar as novas tecnologias da informação e da comunicação, viabiliza um trabalhador com

Introdução a uma antropologia da modernidade”.



determinado perfil, voltado ao uso eficiente de tecnologias, hábil nas estratégias comunicativas, adaptado ao dinamismo do mercado globalizado. Como essa distribuição de competências será viabilizada e com que caráter talvez seja melhor explicitado não mais ao se perguntar a um cidadão sobre o nível do seu salário, mas sobre o tipo de cidade em que mora. Afinal, como bem aponta Santos (1997), o campo está captando melhor o capital que as grandes cidades.

Enfim, a transição do diagrama de poder disciplinar para o de controle aponta para as tecnologias da informação e da comunicação como ferramentas viabilizadoras de um modelo sócio-econômico que prioriza o lucro em detrimento da vida, materializado no estilo de vida urbana moderna, na medida em nos submetemos ao controle do tempo, das ações, das linguagens, das técnicas e dos modos de ser. Espaço urbano, espaço ambiental e espaço educacional são construções do mesmo processo, sendo este viabilizado pelo modelo tecnológico que lhe é subjacente. Gestão urbana e gestão da educação são faces da mesma política.

Bibliografia

- BARDET, Gaston. *O urbanismo*. Trad. Flávia Cristina S. Nascimento. Campinas: Papirus, 1990.
- BOOKCHIN, Murray. *Post scarcity anarchism*. New York: Black Rose ed. 1986.
- CHOMSKY, Noam. *Política y cultura a finales del siglo XX*. Un panorama de las actuales tendencias. Barcelona: Editorial Ariel SA, 1994.
- CHOMSKY, Noam. *Ilusiones necesarias*. Control del pensamiento en las sociedades democráticas y libertárias. Madrid: Prodhufi, 1992.
- FERRO, Marc. *História da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1995.
- FRANCO, Marcelo Araújo. *Ensaio sobre as tecnologias digitais da inteligência*. Campinas: Papirus, 1997.
- LEVY, Pierre. *A inteligência coletiva*. Por uma antropologia do ciberespaço. Trad. Luiz Paulo Rouanet, São Paulo: Edições Loyola, 1998.



- LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. O futuro do pensamento na era da informática. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- VIRÍLIO, Paul. *O espaço crítico*. As perspectivas do tempo real. Trad. Paulo Roberto Pires, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *Genealogia del racismo*. De la guerra de las razas al racismo de Estado. Traducción del frances por Alfredo Tzveibely. Madrid: Ediciones Endynion, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Saber y verdade*. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1985.
- GEDDES, Patrick. *Cidades em evolução*. Trad. Maria J. F. de Castilho. Campinas: Papirus, 1994.
- GEORGE, Pierre. *Panorama do mundo atual*. São Paulo: DIFEL, 1985.
- GONÇALVES, Carlos W. P. *Paixão da Terra*: Ensaio crítico de ecologia e geografia. Rio de Janeiro: SOCII, 1993.
- GOMES, Paulo Emílio Sales. *Crítica de cinema no suplemento literário*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1999, 2ª ed.
- MATTELART, Armand e MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2002, 5ª ed.
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo*. Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. São Paulo: HUCITEC, 1997, 3ª ed.
- SAVIANI, Dermerval. O trabalho como princípio educativo. In FERRETTI, Celso. *Tecnologias, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- RIBEIRO, José Carlos S. Um breve olhar sobre a sociabilidade no ciberespaço. In LEMOS, André e PALÁCIOS, Marco. *Janelas do ciberespaço*. Comunicação e cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- VILCHES, Lorenzo. Tecnologia digital: perspectivas mundiais. In *Comunicação & educação*. Jan./abr.2003, n.º 26. ECA/USP.